

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.303 - MG (2017/0041156-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **ROGERIO TELES RODRIGUES**
ADVOGADOS : **LUISA CAROLINA DE SOUZA MORAES - MG105813**
 CARLOS ALBERTO VIEGAS PEIXOTO - MG017346
 LUCAS EDUARDO DE PADUA SIMOES SENA - MG157007
AGRAVADO : **FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL**
ADVOGADOS : **TIAGO DE OLIVEIRA BRASILEIRO - MG085170**
 JOAO JOAQUIM MARTINELLI - MG001796A

EMENTA

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA. AGRAVO INTERNO. SÚMULA 289/STJ. APLICAÇÃO RESTRITA AO INSTITUTO JURÍDICO DO RESGATE.

1. A "jurisprudência desta Corte está sedimentada no sentido de que a Súmula n. 289/STJ, a qual dispõe que 'a restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda', tem aplicação restrita aos casos de resgate, hipótese em que há o rompimento definitivo do vínculo contratual do participante, que nem sequer chegou a auferir benefício complementar" (AgRg nos EREsp 1.488.815/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/08/2015, DJe de 18/08/2015).

2. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator